

# Correio Público

*“A privatização dos CTT é uma medida ideológica absurda que irá prejudicar o serviço para sempre”, Billy Hayes, líder do Communication Workers Union*



O processo de privatização anunciado para os CTT – Correios de Portugal segue na mesma linha da estratégia adotada para muitos outros serviços públicos. A direita apresenta a privatização como receita para abater ao défice orçamental, ao mesmo tempo que entrega aos privados áreas de negócio de risco mínimo. Estamos, portanto, a falar de novas rendas garantidas para o sector privado, ao mesmo tempo que se colocam em causa serviços públicos determinantes para a coesão territorial do país.

A degradação da presença da empresa e do serviço prestado é um processo em curso, com passos determinantes dados nestes últimos anos, exatamente para preparar a privatização. Mas a situação apenas irá piorar num quadro de maior concorrência e de exigência de rentabilidade dos capitais privados. A venda dos CTT foi prevista no memorando da troika. O Governo pretende entregar a totalidade do capital desta empresa ao capital privado, até ao final deste ano.

## **O desmantelamento dos CTT e do serviço público postal**

O desmantelamento dos CTT têm sido evidentes nos últimos anos. Tendo como principal preocupação a rentabilização da empresa, em detrimento do cumprimento das obrigações de serviço público de qualidade à população, os diferentes Governos e administrações levaram e levam a cabo um processo de encerramentos massivos na empresa.

Para aumentar a rentabilidade da empresa, os CTT têm vindo a despedir milhares de trabalhadores nos últimos anos e a encerrar centenas de estações e agências, um pouco por todo o país.

### Rede de vendas e distribuição dos CTT

	2005	2012 (1º semestre)	Diferença
Estações de Correio	981	759	- 222
Postos de Correio	1917	1808	- 109
Centros de Distribuição	378	333	- 45
Total	3276	2900	- 376

As contas são sempre de subtrair. **Nos últimos anos, em média todas as semanas a população ficou sem uma estação de correio, um posto de correio ou um centro de distribuição.** Este movimento foi acompanhado pela redução de quase um terço no número de trabalhadores. Ao mesmo tempo que se enfraquecia a rede de vendas e de distribuição, **todas as semanas saíram da empresa 12 trabalhadores**, em média. **Entre 2005 e 2012, o número de trabalhadores dos CTT foi reduzido em 27%, de 16.379 mil para 11.900**, de acordo com o relatório e contas do primeiro semestre de 2012.

O processo de destruição dos CTT acelerou de forma brutal nos últimos meses. De acordo com os dados do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, a **administração da empresa prepara-se para encerrar cerca de 200 estações de correios**, um pouco por todo o país. O plano de encerramento de estações dos correios está a ser mantido em segredo pela administração. Perante esta atitude atentatória dos direitos dos cidadãos e do património do Estado, é necessária toda a resistência e toda a luta por parte da sociedade civil.

## **Riscos da privatização para o serviço público**

A função social dos CTT é reconhecida. Para muitos portugueses os CTT, para além dos serviços postais, funcionam como uma pequena entidade financeira de proximidade, onde têm acesso às suas pensões e reformas. Esta proximidade ficará em causa se a privatização for executada.

No lugar das antigas estações de correios, instalam-se agências postais em lojas nas quais as regras mínimas não são sequer respeitadas: não é garantida a presença permanente das agências, a confidencialidade das operações não está assegurada... A submissão da presença postal às exigências de rentabilidade levará, inevitavelmente, a uma degradação ainda maior das condições da empresa, da sua presença territorial e

da qualidade do serviço prestado. Enquanto o Governo fala na necessidade de modernização, nada é feito nesse mesmo sentido, apenas o seu contrário

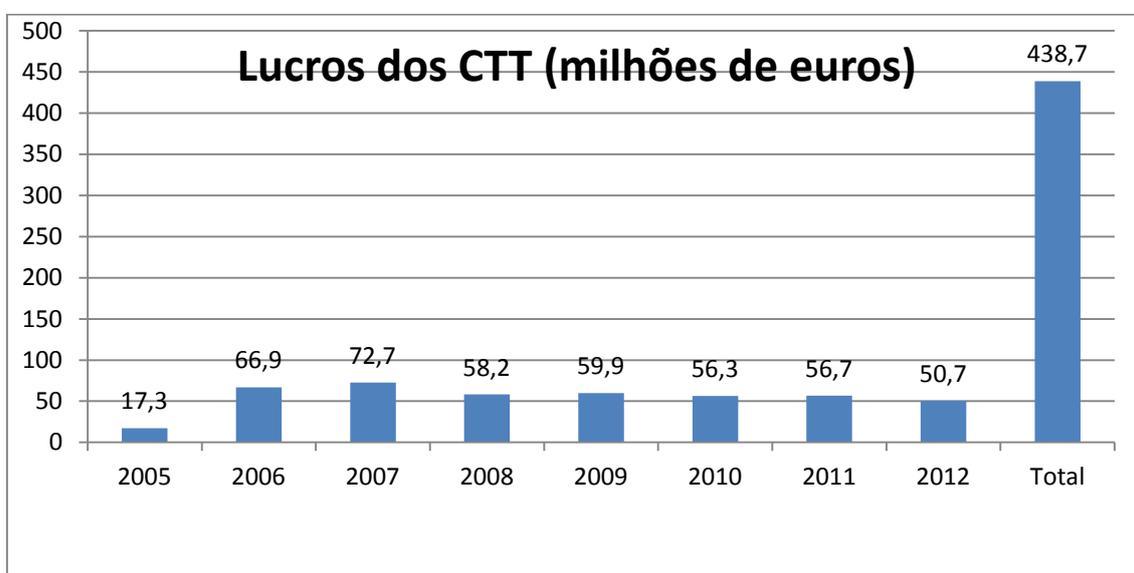
## Desmontar os argumentos pró-privatização

Para tentar justificar a venda dos CTT, os auto-proclamados especialistas da nossa praça utilizam os mesmos argumentos que estiveram na base das anteriores privatizações.

### 1. É preciso libertar o Estado dos encargos com as empresas públicas

**FALSO: Os CTT são uma empresa lucrativa e são um instrumento valioso no financiamento do Estado**

- Os CTT são uma empresa lucrativa, não necessitam de dinheiro do Estado. Apenas em 2011 e 2012 registaram um lucro de 106,5 milhões de euros. **Entre 2005 e 2012 a empresa acumulou lucros de 438,7 milhões de euros.** Percebe-se, então, que esta é uma empresa que tem aliado o serviço público que tem desempenhado a uma boa prestação financeira. Logo, a opção pela privatização dos CTT é uma decisão extremamente lesiva dos interesses dos portugueses.



- Se analisarmos o resultado de privatizações anteriores, vemos que estes processos resultaram na compra destas empresas por capitais estrangeiros, com a distribuição dos dividendos pelos acionistas. Esta ação agudiza a situação financeira do país. Adicionalmente, um dos efeitos mais visíveis ao nível dos processos e privatização de empresas nacionais tem sido a **transferência dos**

**centros de decisão para o estrangeiro**, com consequências ao nível da prossecução dos interesses estratégicos da política económica nacional.

- Os CTT cumpriram também um **papel fundamental ao permitirem o financiamento do Estado através da comercialização dos Certificados de Aforro**. Este instrumento de dívida assume hoje um papel fundamental ao permitir o financiamento público que tem sido objeto de uma enorme especulação internacional. Se os Certificados de Aforro não foram um objetivo para os Governos recentes, esta alteração financeira parece restaurar a sua relevância. Este motivo, por si só, revela um reforço da importância dos CTT enquanto empresa pública, capaz de relançar a confiança dos portugueses nos Certificados de Aforro.

## **2. A privatização não colocará em causa o serviço público, que será feito a um preço mais reduzido com a gestão privada**

**FALSO: A privatização conduzirá à imposição de forma mais radical da lógica da rentabilidade e à redução dos serviços menos lucrativos**

- A introdução de capitais privados na empresa conduzirá imediatamente à imposição de forma mais radical da lógica da rentabilidade. O conjunto das atividades será gerido de acordo com critérios da rentabilidade capitalista: comparação com restantes empresas privadas, rácios de trabalhadores e investimentos... A entrada na bolsa seria um passo suplementar, os resultados operacionais e financeiros seriam subjugados a uma lógica de curto e médio prazo, tendo em vista a distribuição de dividendos. Tal preocupação será prejudicial para os trabalhadores, investimentos, condições de trabalho, etc.
- Nos correios, como em muitos outros setores, os privados não têm qualquer interesse na prestação do serviço público, normalmente deficitário. O exemplo holandês, onde os gestores privados exigem ao Estado o pagamento pela prestação do serviço público, é bem elucidativo do que nos reserva o futuro. Em todo o Mundo, o equilíbrio dos correios depende do financiamento das atividades deficitárias pelas excedentárias.

## **3. A modernização dos CTT depende da entrada de capitais privados**

**FALSO: Os CTT têm conseguido acompanhar os cada vez maiores desafios que se colocam à sua atividade, através da inovação, qualificação, diversificação e modernização dos seus serviços.**

A melhor forma dos CTT se protegerem é através do reforço das ligações à população, invertendo a estratégia atual, e cultivar a base da sua existência: o serviço público. Esta é uma forma completamente diferente de olhar para os CTT e para a sua missão histórica.

#### **4. Os CTT já não são assim tão relevantes, as pessoas já não mandam cartas**

##### **FALSO: Os CTT são hoje muito mais do que envio de cartas**

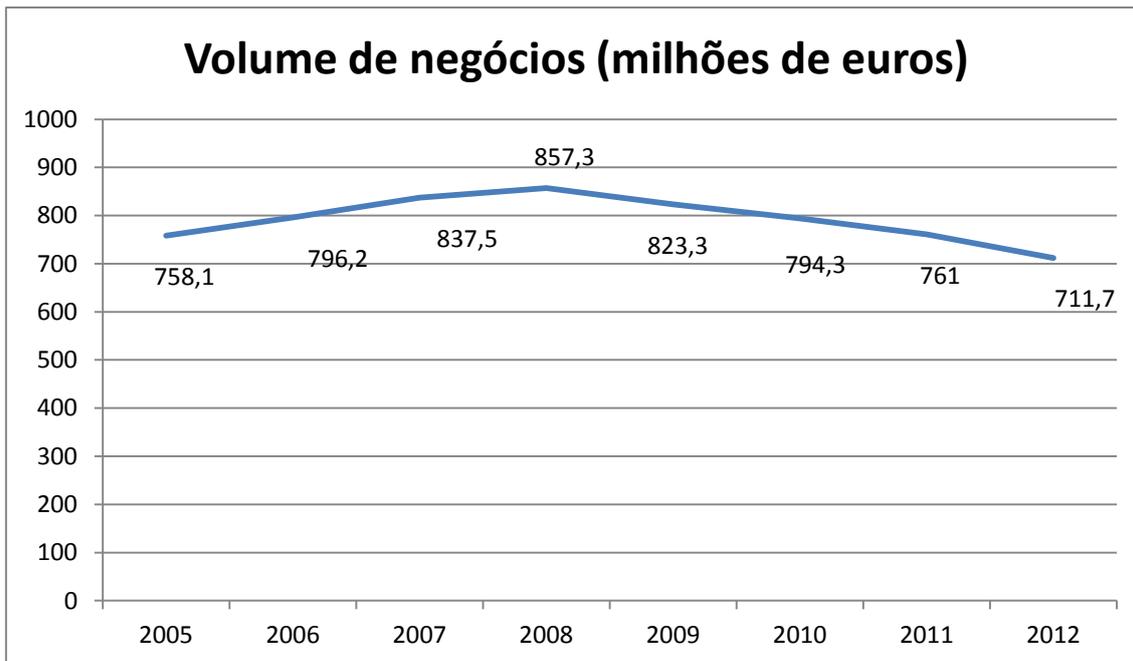
Dizer, hoje em dia, que a atividade dos CTT se resume ao envio de cartas é não ter noção da evolução da empresa, desconhecer por completo a sua atividade e pensar que tudo ficou igual no último século.

Um dos principais negócios dos CTT é, de facto, o envio de correio. Aqui incluem-se os negócios digitais, as soluções empresariais, serviços de telecomunicações, filatelia e correio publicitário, por exemplo. Representa, no total, 70% da faturação.

Os CTT desenvolvem atividade igualmente no segmento expresso (CEP), onde, apesar da forte concorrência nacional e internacional, são líderes de mercado com uma quota de 24,6%. A empresa está internacionalizada neste segmento, através da Tourline (Espanha) e da Corre (Moçambique). Vale 17,5% da faturação.

A área financeira é a terceira mais importante do grupo e está dividida em três áreas principais: pagamento de serviços (incluindo ex-SCUT), poupança e seguros e vales e transferências. **O sistema Payshop, por exemplo, disponível em milhares de pontos por todo o país, é um serviço dos CTT.** Representa 7,5% do volume de negócios. A quarta área é mais residual e refere-se à produção e arquivo documental – 2,5% do volume de negócios. O restante refere-se a outros negócios.

Atualmente, **o Grupo é detentor de nove empresas, das quais oito são lucrativas.** Apenas a operação em Moçambique é deficitária.



A sustentabilidade do negócio dos CTT está bem patente na evolução do seu volume de negócios. O movimento de crescimento da sua faturação é evidente até à explosão da crise financeira internacional e da subsequente adoção de medidas de austeridade pelos Estados. A recessão económica e a destruição do tecido empresarial têm, inevitavelmente, efeitos negativos na atividade dos CTT. A título de exemplo, cerca de 85% do envio postal diz respeito à atividade empresarial. Num momento em que fecham portas 25 empresas por dia, a redução do volume de negócios dos CTT era inevitável neste cenário.

### **As verdadeiras razões da privatização**

1. **Memorando.** A privatização dos CTT está prevista no Memorando de Entendimento, assinado pelo PS, PSD e CDS-PP, em Maio de 2011. É, acima de tudo, uma manobra ideológica, tendo em vista o esvaziamento de tudo o que é serviço público, a favor da iniciativa privada.
2. **Posição dominante no mercado de serviços postais.** Os CTT são dominantes no mercado onde atuam. A sua venda irá garantir ao seu comprador um volume de negócios que ultrapassou os 700 milhões de euros em 2012, um montante semelhante à faturação da REN. Trata-se portanto de um setor protegido, rentista, sem grandes riscos para o comprador.
3. **Lucro garantido aos privados.** Até António Borges vê um futuro radioso para os Correios se alguém «pegar naquela belíssima infraestrutura, naquela boa organização que até tem alguma tecnologia muito cobiçada por esse mundo fora, e acrescentar todo um conjunto de oportunidades de negócio».

4. **Licença para atividade bancária.** Os CTT possuem uma licença para iniciarem a atividade bancária através da criação de um banco postal. No fundo, este será um banco igual aos outros. Esta atividade permitirá aos CTT aumentarem as suas receitas e entrarem no mundo financeiro. Assim, na privatização, o Governo venderá não apenas os serviços postais, mas igualmente um banco com uma rede de “balcões” invejável, e com a confiança de muitos clientes. Em Itália, por exemplo, os correios têm um banco postal. A criação do banco postal foi sempre bloqueada nos últimos anos, apesar da insistência da administração. Este Governo colocou o Lacerda, ex-quadro do BCP e do ex-Banco Mello, à frente da administração, vendo-o como o gestor ideal para criar o banco. Esta é uma mais-valia para o comprador e para o Estado vendedor, que garantirá assim um maior encaixe.

### **Enquadramento europeu**

A União Europeia tem sido o principal dinamizador do processo de liberalização do setor postal em todo o Continente. Desde 2011, avaliado em mais de 90 mil milhões de euros, que o setor está totalmente liberalizado.

Um dos últimos obstáculos eram as obrigações de serviço público. As grandes empresas lutaram bastante pela abolição da denominada área reservada, numa altura em que os operadores públicos detinham o monopólio da distribuição das cartas com menos de 50 gramas. Os operadores privados conseguiram, assim, chegar a este mercado lucrativo, do qual 85% é relativo a correio empresarial, sem ficarem com os prejuízos advindos das obrigações de serviço público. As atividades lucrativas deixarão de financiar as deficitárias, levando inevitavelmente ao seu abandono pelos Estados. O processo teve início em 1997 quando a UE passou a sua diretiva, emendada em 2003, obrigando os Estados-membros a abrir o setor postal à competição.

«Os anos da liberalização postal na Europa significaram apenas menos estações, menos marcos do correio e distâncias mais longas para aceder aos serviços postais. Para os trabalhadores significou mais desemprego, precariedade, competição e pressão para baixar os custos laborais. Tudo isto foi contrário às promessas da UE», Jon Pedersen, UNI-Europa (representante de sindicatos europeus).

### **Alguns exemplos internacionais**

## **1. Empresas públicas**

Reino Unido (Royal Mail): A Royal Mail está nas mãos do Estado desde 1516, e continua a ser totalmente pública. Nem mesmo Thatcher conseguiu privatizar esta empresa centenária. Apesar de tudo, o Governo Blair tentou levar a cabo os planos de venda de Thatcher, em 1999. A operação resultou num fracasso enorme, tendo o Governo renacionalizado a empresa de imediato, com perdas avaliadas em cerca de 1,5 mil milhões de euros. Devido à liberalização do setor, o Royal Mail fechou mais de três mil estações, comprimiu a massa salarial através do congelamento dos salários, reduziu emprego, atacou as pensões e recorre massivamente ao trabalho precário. Existem três empresas operadoras principais: Royal Mail (correio); Parcelforce (grandes objectos); e Post Office Counters (Estações de Correio).

França (La Poste SA): O Governo de Sarkozy tentou avançar com o processo de privatização do La Poste, durante o seu mandato. No entanto, encontrou uma oposição determinada por parte dos utentes e dos autarcas, bem como dos trabalhadores. As mobilizações revelaram o apego das populações ao serviço público, tendo sido organizado, por um conjunto amplo de organizações, a realização de um referendo não-oficial para apurar se a população queria ou não a privatização do La Poste. O resultado foi claro: os cidadãos querem o La Poste público, mas o Governo desvalorizou o resultado da iniciativa popular. Assim, apesar de ter a população contra, Sarkozy alterou o estatuto do La Poste, transformando-o em S.A., abrindo assim a possibilidade de entrada de capitais privados na empresa.

As transformações na empresa são já claras, com uma empresa que se preocupa cada vez mais com os lucros, em detrimento dos utentes e do serviço público. Milhares de estações desapareceram, foram transferidos serviços para lojas comerciais e para as câmaras e foram efetuadas deslocalizações forçadas de trabalhadores. Esta estratégia é prejudicial para toda a sociedade. O dumping social foi ativado e um dos principais concorrentes do La Poste, a Alternative Post, encerrou a sua atividade por falta de rentabilidade, pondo na rua centenas de trabalhadores, de um dia para o outro.

Dinamarca e Suécia (Posten Norden AB): Na Dinamarca, em 2005 o Estado vendeu 22% da empresa ao CVC Capital Partners. Já a Suécia procedeu à liberalização total do sector em 1993, dois anos antes de entrar na CEE. Aqui os preços batiam todos os recordes (aumento de 90% entre 1993 e 2003), ao mesmo tempo que um terço das estações de correios foram fechadas e quase metade dos trabalhadores foram despedidos (de 72 mil para 38 mil). O recurso a trabalhadores em part-time aumentou igualmente para um terço do total. Apesar de todas estas reformas supostamente milagrosas, o Posten AB evitou por pouco a bancarrota em 2003.

Após estas duas tentativas falhadas de privatização, Dinamarca e Suécia constituem uma empresa comum. Em 2009, com a fusão das companhias dinamarquesa e da

Suécia, Post Danmark e Swedish Posten, os Estados compraram a parte privada, passando a existir uma empresa, a Posten Norden AB, detida pelos Estados dinamarquês (40%) e sueco (60%).

A constituição de uma empresa comum e sua posterior nacionalização foi uma decisão tomada por ambos os Estados, após duas falhadas experiências de privatização.

## **2. Semipúblicas (mais de 50% detidas pelo Estado)**

Áustria (Post AG): Em 2006 o Governo vendeu 49% das ações da companhia, detidas pela ÖIAG (Austrian Industrial Holding Company). A empresa está dividida em três divisões: correio, logística e correio expresso, e rede (estações, serviço financeiro e merchandising).

Bélgica (De Post/La Poste): Tal como muitas outras empresas, a De Post detinha o monopólio estatal. Em 1991 foi-lhe dada autonomia, e em 2005 foram admitidos acionistas privados, que ficaram com 50% do capital. No entanto, existem duas restrições: as ações detidas pelo Estado garantem 75% dos votos e o Estado garante mandatos em todos os órgãos da empresa.

Desde 2000 que a empresa definiu com linha estratégica a redução de custos e de trabalhadores. Esta estratégia levou a um enorme número de greves em 2003, 2004 e 2006 contra o aumento da carga de trabalho e o corte de 2.500 postos de trabalho.

## **3. Semiprivados (mais de 50% detidos por privados)**

Alemanha (Deutsche Post DP AG – Deutsche Post World Net): A privatização parcial iniciou-se em 2000, com a oferta pública de ações. Desde 2005, os acionistas privados detêm a maioria das ações da Deutsche Post World Net. A estratégia passou por um alto endividamento tendo em vista aquisições – comprou a DHL e a Danzas, por exemplo. Durante este processo, a rede postal na Alemanha emagreceu como nunca. Desde 1995 que não são admitidos funcionários. Entre 1992 e 2006 o número de trabalhadores caiu de 306 mil para 151 mil. A redução de cerca de 30 mil trabalhadores nos próximos anos está em cima da mesa, devido ao processo de liberalização.

O Deutsche Post faz de tudo para manter a sua posição dominante na Alemanha, enquanto procura implementar-se em países vizinhos como a Áustria, onde criou a sua própria rede. Devido a esta estratégia, foram suprimidos 9.000 postos de trabalho no setor para suster os efeitos da concorrência desmesurada e 40% dos postos públicos foram suprimidos pelo operador local, detido a 51% pelo Estado.

#### **4. Privadas**

Holanda (TNT): Aqui os correios estão totalmente privatizados. Em 1989, a empresa pública de correios e telecomunicações, a KPN foi transformada em sociedade anónima e efetua dois processos de abertura de capital perdendo a posição maioritária. Um ano mais tarde funde-se com a australiana TNT. Após uma cisão em 1998, a TNT Post Group fica apenas com a distribuição postal, deixando as telecomunicações para a KPN. A TNT é uma sociedade implementada a nível mundial, e consegue ganhar quota de mercado nos países vizinhos da Holanda, incluindo na Alemanha onde foram detetados casos de trabalho infantil na distribuição de publicidade não endereçada (filial PNA). Nos últimos anos reduziu em 13 mil o número de trabalhadores, dos seus anteriores 60 mil pré-crise e 75% da mão-de-obra tem contratos de tempo parcial. A privatização na Holanda levou ao encerramento de 90% das estações, incluindo do principal posto de Amsterdão, datado do século XIX, que agora é um centro comercial. Existem em todo o território apenas 500 estações de correio, às quais se juntam 1.100 pontos junto de comerciantes.

Recentemente, a TNT tem tentado reduzir para apenas três o número de dias com distribuições. 'Se os políticos quiserem o correio distribuído seis dias por semana, então terão de o financiar', disse o diretor-geral da empresa. O mesmo responsável disse ainda que as obrigações de serviço público, que asseguram que o correio chega a todo o lado pelo mesmo preço, «são do tempo do Jurassic Park e devemo-nos ver livres delas».

Estes exemplos demonstram que a privatização dos CTT é nociva para os interesses dos cidadãos e do Estado. Podemos desde já prever a redução e mesmo a supressão da distribuição de correio em zonas rurais (tal como os Correos quiseram fazer em Espanha e a TNT na Holanda), o fim da tarifa única, da distribuição diária e o aumento dos encerramentos de postos de correio.

Nem nos EUA os correios são privados. Para Barack Obama, as empresas privadas não iam querer ficar com a responsabilidade por serviços como a entrega de um postal numa área remota. Querem apenas ficar com «a parte sofisticada do negócio», referiu. «O USPS fornece serviço universal e as empresas privadas não o fazem», disse. A privatização do USP é para Obama «uma má ideia».

Entregar os serviços públicos à lógica do mercado é programar a sua destruição. Os CTT públicos continuam a dar provas, e se o Estado der à empresa os meios necessários, continuará a satisfazer as necessidades da população.